

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Marangatu Holding S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Marangatu Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
individuais e consolidadas.. 1

Demonstrações contábeis individuais e consolidada

Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixas.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Diretores e Acionistas da
Marangatu Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marangatu Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receitas operacionais no consolidado no montante de R\$ 154.173 mil, conforme divulgado na nota explicativa 17. As receitas são oriundas das operações de fornecimento de energia elétrica gerada por fontes fotovoltaicas, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho. Dessa forma, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos

Nossos procedimentos de auditoria, entre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita;
- Teste documental, em bases amostrais, das receitas contabilizadas durante o exercício de 2025, de forma a verificar, com base na documentação que suporta tais receitas, as evidências do momento do reconhecimento da receita;
- Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de energia Elétrica – CCEE com o balanço energético das controladas da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas incluídas na nota explicativa 17, às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Shape the future
with confidence

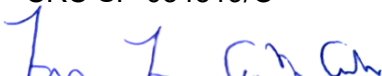
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Marangatu Holding S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	72	39.961	22.428	47.720
Contas a receber de clientes	5	-	-	14.640	11.704
Impostos a recuperar		2.126	4.291	2.436	4.380
Estoques	6	-	-	3.134	690
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	78.362	-	78.362
Outros ativos		208	21	3.544	4.788
Total ativo circulante		2.406	122.635	46.182	147.644
Não circulante					
Impostos a recuperar		-	-	1	-
Caixa restrito	7	-	-	10.086	-
Partes relacionadas	8	5.601	787	-	-
		5.601	787	10.087	-
Investimentos	9	1.129.166	1.491.936	-	-
Ativo de direito de uso	10	-	-	17.856	113.380
Imobilizado	11	-	-	1.452.965	1.510.081
Intangível		-	-	710	901
		1.129.166	1.491.936	1.471.531	1.624.362
Total ativo não circulante		1.134.767	1.492.723	1.481.618	1.624.362
Total dos ativos		1.137.173	1.615.358	1.527.800	1.772.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Marangatu Holding S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	19	53	16.412	31.246
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	712.869	993.207	719.120	993.207
Arrendamentos	14	-	-	1.673	1.412
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	125	-
Impostos a recolher		5	78	3.917	2.489
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	33.328	-	33.328
Total passivo circulante		712.893	1.026.666	741.247	1.061.682
Não circulante					
Fornecedores	12	-	20	4.488	100
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	335.045	-
Arrendamentos	14	-	-	16.076	115.452
Provisão para desmobilização	15.2	-	-	6.615	6.100
Impostos diferidos	20	-	-	49	-
Partes relacionadas	8	-	787	-	787
Total passivo não circulante		-	807	362.273	122.439
Patrimônio Líquido					
Capital social	16	676.683	673.683	676.683	673.683
Prejuízos acumulados		(252.403)	(85.798)	(252.403)	(85.798)
Total patrimônio líquido		424.280	587.885	424.280	587.885
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.137.173	1.615.358	1.527.800	1.772.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Marangatu Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	17	-	-	154.173	86.574
Custo de operação	18	-	-	(173.810)	(88.015)
Prejuízo Bruto		-	-	(19.637)	(1.441)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(40.237)	(7.423)	-	-
Administrativas	18	(2.268)	(3.911)	(2.598)	(5.021)
Outras (despesas) receitas operacionais	18	-	-	104	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(42.505)	(11.334)	(22.131)	(6.462)
Receitas financeiras	19	2.199	2.181	5.734	2.211
Despesas financeiras	19	(124.763)	(69.618)	(142.579)	(70.725)
Variação monetária/cambial líquida	19	(1.536)	(1.807)	(1.536)	(3.390)
Resultado financeiro líquido		(124.100)	(69.244)	(138.381)	(71.904)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(166.605)	(80.578)	(160.512)	(78.366)
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	-	(6.043)	(2.212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(50)	-
Prejuízo do exercício		(166.605)	(80.578)	(166.605)	(80.578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Marangatu Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(166.605)	(80.578)	(166.605)	(80.578)
Total do resultado abrangente do exercício	(166.605)	(80.578)	(166.605)	(80.578)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Marangatu Holding S.A.

Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		790.815	(171.632)	(5.220)	613.963
Aumento de capital		-	54.500	-	54.500
Prejuízo do exercício		-	-	(80.578)	(80.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		790.815	(117.132)	(85.798)	587.885
Aumento de capital	16	-	3.000	-	3.000
Prejuízo do exercício		-	-	(166.605)	(166.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		790.815	(114.132)	(252.403)	424.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Marangatu Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos	(166.605)	(80.578)	(160.512)	(78.366)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	40.237	7.423	-	-
Receita financeira capitalizada	-	2.886	-	2.886
Depreciações e amortizações	-	-	56.972	44.388
Amortização de juros capitalizados	1.597	1.063	1.597	1.063
Juros e amortização de custos sobre financiamento	125.563	69.558	141.229	69.558
Arrendamentos - atualização financeira	-	-	130	772
Atualização para desmobilização	-	-	515	80
Impostos a recuperar - atualização monetária	(638)	-	(638)	(31)
Recuperação de custos	-	-	(3.492)	-
	154	352	35.801	40.350
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(2.936)	(11.704)
Impostos a recuperar	2.803	(1.033)	2.581	(404)
Estoques	-	-	(2.286)	(690)
Caixa restrito	-	-	(10.086)	-
Outros ativos	(187)	1.713	1.661	649
	2.616	680	(11.066)	(12.149)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(54)	(1.273)	(15.260)	(34.725)
Impostos a recolher	(73)	(46)	263	(1.908)
Obrigações estimadas com pessoal	-	-	126	-
	(127)	(1.319)	(14.871)	(36.633)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.643	(287)	9.864	(8.432)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.878)	(1.207)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	2.643	(287)	4.986	(9.639)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aporte) redução de capital em controladas	320.936	(174.706)	-	-
Adições ao Imobilizado e Intangível	-	-	(722)	(158.533)
Partes relacionadas	(5.601)	-	(788)	787
	315.335	(174.706)	(1.510)	(157.746)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento (redução) de capital	3.000	54.500	3.000	54.500
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	828.587	900.000	1.173.287	900.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.116.479)	(800.000)	(1.117.015)	(800.000)
Pagamentos de juros dos financiamentos	(72.975)	(89.037)	(86.695)	(89.037)
Pagamentos de arrendamentos	-	-	(1.345)	-
	(357.867)	65.463	(28.768)	65.463
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(357.867)	65.463	(28.768)	65.463
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	(39.889)	(109.530)	(25.292)	(101.922)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72	39.961	22.428	47.720
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.961	149.491	47.720	149.642
	(39.889)	(109.530)	(25.292)	(101.922)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Marangatu Holding S.A. individualmente (“Companhia” ou quando em conjunto com suas controladas “Grupo”) é uma Holding constituída, em 06 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede em Av. Roque Petroni Junior, 999 - sala 67 - Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo abrangem a Companhia e suas subsidiárias. A Marangatu é composta por uma Holding e 12 (doze) Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Marangatu 1 Energias Renováveis S.A., Marangatu 2 Energias Renováveis S.A., Marangatu 3 Energias Renováveis S.A., Marangatu 4 Energias Renováveis S.A., Marangatu 5 Energias Renováveis S.A., Marangatu 6 Energias Renováveis S.A., Marangatu 7 Energias Renováveis S.A., Marangatu 8 Energias Renováveis S.A., Marangatu 9 Energias Renováveis S.A., Marangatu 10 Energias Renováveis S.A., Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. e Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.,

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, como segue:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.935	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.936	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.937	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.938	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.939	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.940	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.941	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.942	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.943	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.944	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.945	11 de maio de 2021	35 anos	30
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.946	11 de maio de 2021	35 anos	30

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo consolidado de R\$695.065 (R\$914.038 negativo em 31 de dezembro de 2024), decorrente principalmente, pelo vencimento de empréstimos de curto prazo na Companhia. O Grupo tem impactos dos efeitos do *curtailment*, entendido como a redução, limitação ou corte na inserção de energia renovável na rede elétrica, ocasionado principalmente por restrições de carga da rede básica. O Grupo espera ser ressarcido pelos impactos financeiros, nos termos estabelecidos pela Lei nº 15.269/2025, conforme detalhado na Nota explicativa 24.

Apesar dos impactos operacionais observados, a Administração destaca que a Companhia dispõe de instrumentos e alternativas de refinanciamento junto a instituições financeiras. Tais mecanismos podem ser acionados, conforme necessário, com o objetivo de reforçar a liquidez e alongar o perfil da dívida. Adicionalmente, avalia que não há risco significativo de insuficiência de caixa, uma vez que os investimentos requeridos para o desenvolvimento e a manutenção das operações contam com o suporte dos acionistas controladores.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações e concluiu que existem recursos e suporte financeiro suficientes para a condução regular de suas atividades no futuro previsível. Ademais, não há conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Assim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.2. Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Projeto Fotovoltaico	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste	Data Base
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020

Projeto Fotovoltaico	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste	Data Base
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777334	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 24 de março de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, sendo a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e

- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não apresentavam transações em moeda estrangeira pendentes, tendo todas as operações sido integralmente liquidadas até essa data.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- 1) Vida útil dos bens do Ativo de direito em uso, Imobilizado (nota explicativa 10 e 11);
- 2) Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 11);
- 3) Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 14); e
- 4) Provisão para desmobilização (nota explicativa 15.2).

2.5. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As Companhias controladas incluídas na consolidação estão relacionadas abaixo.

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.

Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, acima a relação das controladas nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. Por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio do Grupo. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo classifica os juros pagos nas atividades de empréstimos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia e suas controladas, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	21	358	10.679	8.117
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	51	39.603	11.749	39.603
	72	39.961	22.428	47.720

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa 96,50% em 2025 (taxa média em 97,00% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB (Certificado de Depósito Bancário).

5. Contas a receber de clientes - consolidado

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e o Grupo não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Consolidado		
	Correntes a vencer		
	Até 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	11.618	11.618	11.628
Suprimento de energia elétrica - Partes relacionadas	3.022	3.022	-
Energia de curto prazo	-	-	76
Total Circulante	14.640	14.640	11.704

6. Estoques

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Materiais em Almoxarifado	3.134	690
	<u>3.134</u>	<u>690</u>

Os principais itens mantidos em estoque referem-se a materiais elétricos sobressalentes, destinados à manutenção e à operação do parque solar do Grupo. Tais materiais são consumidos conforme a necessidade de reposição e manutenção dos ativos operacionais.

7. Caixa restrito e depósitos judiciais

	<u>Consolidado</u>
	<u>Não circulante</u>
	<u>31/12/2025</u>
Banco Nordeste do Brasil S/A (i)	10.086
Total	<u>10.086</u>

- (i) O caixa restrito refere-se integralmente ao Fundo de Investimentos - Fundo soberano RF BNB, remunerado à taxa média de 93,58% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essa aplicação financeira será mantida pelo Grupo até a data de seu vencimento em 15/01/2048 como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota Explicativa 13

8. Transações com partes relacionadas

Natureza	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Balanco patrimonial					
Ativo circulante					
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (Nota explicativa 5)	Venda de energia	-	-	3.022	-
		-	-	3.022	-
Ativo não circulante					
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	65	-	-
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	65	-	-
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	65	-	-
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	65	-	-
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	65	-	-
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	66	-	-
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	5.601	66	-	-
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	66	-	-
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	66	-	-
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	66	-	-
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	66	-	-
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A. (i)	Custos compartilhados	-	66	-	-
		5.601	787	-	-
Total ativo		5.601	787	3.022	-
Passivo circulante					
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (Nota explicativa 12)	Compra de energia	-	-	-	6.010
Canadian	Custos Compartilhados	-	-	-	348
		-	-	-	6.358
Passivo não circulante					
Pacific Hydro Energia do Brasil (i)	Custos compartilhados	-	787	-	787
		-	787	-	787
Total passivo		-	787	-	7.145
Resultado do exercício					
	Natureza	2025	2024	2025	2024
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Venda de energia	-	-	41.522	1.921
Panati 2 Energias Renováveis S/A	Venda de energia	-	-	-	11
Panati 3 Energias Renováveis S/A	Venda de energia	-	-	-	7
Sitiá 1 Energias Renováveis S/A	Venda de energia	-	-	-	14
Total de receitas		-	-	41.522	1.953
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Compra de energia	-	-	(9.984)	(12.667)
Pacific Hydro Energia do Brasil (i)	Custos compartilhados	-	(787)	-	(787)
		-	(787)	(9.984)	(13.454)
Total Resultado		-	(787)	31.538	(11.501)

(i) Referem-se ao compartilhamento da infraestrutura de operação e manutenção centralizada e compartilhada com as outras Companhias do grupo

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia não efetuou pagamentos ou concessões de qualquer natureza aos seus administradores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

9. Investimentos

a. Composição e Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2025:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	2025	2024	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A	176.181	180.295	100%	173.738	3.581	170.157	(4.216)
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A	114.013	115.501	100%	114.313	4.126	110.187	(1.362)
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A	113.025	114.268	100%	113.343	4.101	109.242	(1.119)
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A	111.061	112.358	100%	111.439	4.085	107.354	(1.175)
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A	110.079	111.192	100%	110.476	4.064	106.412	(1.293)
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A	114.068	115.628	100%	114.344	4.106	110.238	(1.434)
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A	87.481	161.540	100%	150.201	67.188	83.013	(11.248)
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A	62.262	117.485	100%	122.582	64.221	58.361	(3.617)
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A	60.915	116.406	100%	121.296	64.530	56.766	(3.575)
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A	60.273	116.596	100%	121.607	64.883	56.724	(3.587)
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A	59.871	115.762	100%	120.206	64.162	56.044	(3.777)
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A	59.936	114.905	100%	119.894	63.749	56.145	(3.835)
Total Investimentos	1.129.166	1.491.936					

b. Movimentação do investimento:

	Controladora					Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização Juros capitalizados	
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	180.295	(4.216)	301	-	(198)	176.182
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A.	115.501	(1.362)	-	-	(126)	114.013
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A.	114.268	(1.119)	-	-	(124)	113.025
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A.	112.358	(1.175)	-	-	(122)	111.061
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A.	111.192	(1.293)	300	-	(120)	110.079
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A.	115.628	(1.434)	-	-	(126)	114.068
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.	161.540	(11.248)	10.661	(73.325)	(147)	87.481
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A.	117.485	(3.617)	5.185	(56.663)	(128)	62.262
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A.	116.406	(3.574)	2.202	(54.292)	(127)	60.615
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A.	116.596	(3.587)	2.149	(54.457)	(127)	60.574
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.	115.762	(3.777)	2.573	(54.560)	(127)	59.871
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.	114.905	(3.835)	3.267	(54.277)	(125)	59.935
Total	1.491.936	(40.237)	26.638	(347.574)	(1.597)	1.129.166

	Controladora					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Juros capitalizados	Amortização Juros capitalizados	
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	160.665	(2.453)	18.253	3.963	(133)	180.295
Marangatu 2 Energias Renováveis S.A.	102.018	(133)	11.184	2.516	(84)	115.501
Marangatu 3 Energias Renováveis S.A.	100.855	(169)	11.177	2.488	(83)	114.268
Marangatu 4 Energias Renováveis S.A.	98.859	(33)	11.175	2.438	(81)	112.358
Marangatu 5 Energias Renováveis S.A.	97.764	(67)	11.164	2.411	(80)	111.192
Marangatu 6 Energias Renováveis S.A.	102.119	(360)	11.434	2.519	(84)	115.628
Marangatu 7 Energias Renováveis S.A.	119.104	(4.005)	43.601	2.938	(98)	161.540
Marangatu 8 Energias Renováveis S.A.	104.015	(48)	11.038	2.565	(85)	117.485
Marangatu 9 Energias Renováveis S.A.	102.631	54	11.274	2.531	(84)	116.406
Marangatu 10 Energias Renováveis S.A..	102.656	119	11.373	2.532	(84)	116.596
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.	102.044	(221)	11.506	2.517	(84)	115.762
Marangatu 12 Energias Renováveis S.A.	101.075	(107)	11.527	2.493	(83)	114.905
Total	1.293.805	(7.423)	174.706	31.911	(1.063)	1.491.936

10. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque solar do Grupo. Esse contrato é considerado como arrendamento conforme nova metodologia e é apresentado na nota explicativa 14.

a. Composição do ativo de direito de uso

	Consolidado							
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativo de direito de uso								
Geração								
Arrendamento de terras	5,15%	21.684	(3.828)	17.856	3,19%	116.092	(2.712)	113.380
		21.684	(3.828)	17.856		116.092	(2.712)	113.380
Total direito de uso		21.684	(3.828)	17.856		116.092	(2.712)	113.380

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2024	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	113.380	(94.408)	(1.116)	17.856
Total Ativos de direito de uso	113.380	(94.408)	(1.116)	17.856

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	-	116.092	(2.712)	113.380
Total ativos de direito de uso	-	116.092	(2.712)	113.380

11. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização do Grupo, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 dezembro de 2025, a Administração do Grupo não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado			Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,43%	351.009	(20.424)	330.585	3,43%	351.424	(8.764)	342.660
Máquinas e equipamentos	4,54%	1.190.577	(79.060)	1.111.517	4,35%	1.190.373	(33.801)	1.156.572
Veículos	18,46%	585	(135)	450	18,46%	585	(27)	558
Móveis e utensílios	6,47%	716	(86)	630	6,45%	679	(34)	645
Desmobilização	3,17%	6.020	(221)	5.799	3,17%	6.020	(32)	5.988
		1.548.907	(99.926)	1.448.981		1.549.081	(42.658)	1.506.423
Total do imobilizado em serviço		1.548.907	(99.926)	1.448.981		1.549.081	(42.658)	1.506.423
Imobilizado em curso								
Geração		3.984	-	3.984		3.658	-	3.658
Total do imobilizado em curso		3.984	-	3.984		3.658	-	3.658
Total do Imobilizado		1.552.891	(99.926)	1.452.965		1.552.739	(42.658)	1.510.081

b. Movimentação do imobilizado

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação (ii)	
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	342.660	-	-	(11.659)	(416)	330.585
Máquinas e equipamentos	1.156.572	30	308	(45.254)	(139)	1.111.517
Veículos	558	-	-	(108)	-	450
Móveis e utensílios	645	-	51	(53)	(13)	630
Desmobilização (i)	5.988	-	-	(189)	-	5.799
Total do imobilizado em serviço	1.506.423	30	359	(57.263)	(568)	1.448.981
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	369	-	-	-	369
Máquinas e equipamentos	2.089	323	752	-	-	3.164
Adiantamento a fornecedores	1.569	-	(1.111)	-	(7)	451
Total do imobilizado em curso	3.658	692	(359)	-	(7)	3.984
Total do imobilizado	1.510.081	722	-	(57.263)	(575)	1.452.965

Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	351.424	(8.764)	-	342.660
Máquinas e equipamentos	-	31.939	1.158.434	(33.801)	-	1.156.572
Veículos	-	-	585	(27)	-	558
Móveis e utensílios	-	-	679	(34)	-	645
Desmobilização (i)	13.019	-	-	(32)	(6.999)	5.988
Total do imobilizado em serviço	13.019	31.939	1.511.122	(42.658)	(6.999)	1.506.423
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.232.827	260.531	(1.491.269)	-	-	2.089
Veículos	-	585	(585)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	104.778	(103.209)	-	-	-	1.569
Outros	19.268	-	(19.268)	-	-	-
Total do imobilizado em curso	1.356.873	157.907	(1.511.122)	-	-	3.658
Total do imobilizado	1.369.892	189.846	-	(42.658)	(6.999)	1.510.081

(i) As informações sobre a desmobilização estão descritas na nota explicativa 15.2

(ii) Refere-se a reclassificação de Ativos imobilizados para Estoques

12. Fornecedores

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia - Parte relacionadas	-	-	-	-	-	6.010	-	-
Materiais e serviços - Parte relacionadas	-	-	-	-	-	348	-	-
	-	-	-	-	-	6.358	-	-
Suprimento de energia	-	-	-	-	-	1.916	-	-
Materiais e serviços (i)	19	53	-	20	16.412	22.972	4.488	100
	19	53	-	20	16.412	24.888	4.488	100
	19	53	-	20	16.412	31.246	4.488	100

(i) Os saldos de Materiais e serviços referem-se a aquisições e às contratações para manutenção do complexo de energia fotovoltaica.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possui operações de risco sacado.

13. Empréstimos, financiamentos e derivativos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos em moeda estrangeira são protegidos por operações de swap e reconhecidos como *hedge* de valor justo, ou seja, as variações para a mensuração do valor justo através de taxas de mercado são registradas diretamente no resultado financeiro.

a. A composição dos empréstimos, financiamentos e derivativos é como segue:

Item	Consolidado						
	31/12/2025			31/12/2024			
	Encargos	Principal	Não Circulante	Total	Encargos	Principal	Total
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	Circulante	
Moeda nacional							
2ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	-	-	-	-	18.156	350.000	368.156
3ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	76	7.813	-	7.889	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	243	797	55.774	56.814	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	243	801	55.966	57.010	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	264	787	55.984	57.035	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	264	786	55.969	57.019	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	263	788	55.975	57.026	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	261	754	55.377	56.392	-	-	-
Total	1.614	12.526	335.045	349.185	18.156	350.000	368.156
Moeda estrangeira							
Deutsche Bank S.A.	-	-	-	-	12.380	612.671	625.051
Total	-	-	-	-	12.380	612.671	625.051
Debêntures							
Banco Bradesco - 1ª Emissão	52.693	652.287	-	704.980	-	-	-
Total	52.693	652.287	-	704.980	-	-	-
Derivativos							
Deutsche Bank S.A.	-	-	-	-	15.869	17.459	33.328
Total	-	-	-	-	15.869	17.459	33.328
Total de dívidas	54.307	664.813	335.045	1.054.165	46.405	980.130	1.026.535

b. As características das dívidas são apresentadas a seguir:

Item	Financiador	Companhia	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	3ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	Marangatu Holding	08/07/2025	BRL	CDI + 0,50%	único	08/07/2025	04/01/2026
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 7	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 8	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 9	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 10	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 11	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 12	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
ii	Banco Bradesco - 1ª Emissão	Marangatu Holding	09/06/2025	BRL	CDI + 1,00%	único	27/06/2025	25/06/2026

c. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e derivativos é demonstrada abaixo:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo Circulante							
Swap	78.362	-	(14.616)	-	-	(63.746)	-
	78.362	-	(14.616)	-	-	(63.746)	-
Passivo Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	962.671	176.300	(1.086.601)	-	16.695	(61.252)	7.813
Juros	30.536	-	(72.975)	42.709	-	(194)	76
Swap	33.328	-	(44.494)	28.625	(17.459)	-	-
Debêntures							
Principal	-	655.000	-	-	-	-	655.000
Juros	-	-	-	52.693	-	-	52.693
Custo de transação	-	(2.713)	-	-	-	-	(2.713)
	1.026.535	828.587	(1.204.070)	124.027	(764)	(61.446)	712.869

		Controladora								
		Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Valor líquido em 31/12/2024		
Ativo										
Circulante										
Swap		-	-	-	-	-	78.362	78.362		
		-	-	-	-	-	78.362	78.362		
		Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Valor líquido em 31/12/2024		
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal		800.000	900.000	(800.000)	-	(16.695)	79.366	962.671		
Juros		32.855	-	(89.037)	86.718	-	-	30.536		
Swap		-	-	-	15.869	17.459	-	33.328		
		832.855	900.000	(889.037)	102.587	764	79.366	1.026.535		
		Consolidado								
Ativo		Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante										
Swap		78.362	-	(14.616)	-	-	-	(63.746)	-	-
		78.362	-	(14.616)	-	-	-	(63.746)	-	-
Passivo		Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal		962.671	180.465	(1.087.137)	-	1.529	16.695	(61.252)	-	12.971
Juros		30.536	-	(86.695)	57.967	-	-	(194)	-	1.614
Custo de transação		-	(4.814)	-	-	3.961	-	-	408	(445)
Swap		33.328	-	(44.494)	28.625	-	(17.459)	-	-	-
Debêntures										
Principal		-	655.000	-	-	-	-	-	-	655.000
Juros		-	-	-	52.693	-	-	-	-	52.693
Custo de transação		-	(2.713)	-	-	-	-	-	-	(2.713)
		1.026.535	827.938	(1.218.326)	139.285	5.490	(764)	(61.446)	408	719.120
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal		-	340.535	-	-	(1.529)	-	-	-	339.006
Custo de transação		-	-	-	-	(3.961)	-	-	-	(3.961)
		-	340.535	-	-	(5.490)	-	-	-	335.045

		Controladora						
		Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo								
Circulante								
	Swap	-	-	-	-	-	78.362	78.362
		-	-	-	-	-	78.362	78.362
Passivo								
Circulante								
	Empréstimos					-		
	Principal	800.000	900.000	(800.000)	-	(16.695)	79.366	962.671
	Juros	32.855	-	(89.037)	86.718	-	-	30.536
	Swap	-	-	-	15.869	17.459	-	33.328
		832.855	900.000	(889.037)	102.587	764	79.366	1.026.535

Os valores de juros provisionados, ajuste a valor de mercado e variação cambial, deduzida da variação cambial no ativo são ajustados ao lucro no fluxo de caixa.

d. Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e derivativos são demonstrados abaixo:

Vencimento	Controladora			Consolidado		
	Nacional	Debêntures	Total	Nacional	Debêntures	Total
Circulante						
2026	7.889	704.980	712.869	14.140	704.980	719.120
	7.889	704.980	712.869	14.140	704.980	719.120
Não Circulante						
2027	-	-	-	14.988	-	14.988
2028	-	-	-	14.865	-	14.865
2029	-	-	-	14.771	-	14.771
2030	-	-	-	14.677	-	14.677
2031 até 2035	-	-	-	75.778	-	75.778
2036 até 2040	-	-	-	75.712	-	75.712
2041 até 2045	-	-	-	75.037	-	75.037
Após 2046	-	-	-	49.217	-	49.217
	-	-	-	335.045	-	335.045
Total	7.889	704.980	712.869	349.185	704.980	1.054.165

13.1. Condições restritivas (*Covenants*)

- a) A Companhia realizou em 9 de junho de 2025 sua 1ª Emissão de Debêntures, junto ao Banco Bradesco, com prazo de 12 meses e pagamento de principal e juros bullet.

As garantias concedidas pela Companhia para a referida emissão compreendem: (i) Fiança Corporativa das Controladoras (ii) Alienação Fiduciária de Equipamentos; (iii) Alienação Fiduciária de Ações; (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

As debêntures não possuem cláusulas financeiras restritivas (índices financeiros).

Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

- b) Em 26 de Março de 2025 as controladas Marangatu 7 à Marangatu 12 contrataram financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Santander S.A. e pelo Banco Bradesco S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

Além das fianças apresentadas, a conclusão física e financeira do projeto só irá ocorrer no atingimento, nos últimos 12 (doze) meses consecutivos à medição, de geração de energia acumulada pelo projeto entregue no centro de gravidade equivalente a, no mínimo, o P90 da Certificação Solarimétrica conduzida pela Aeroespacial.

O Contrato Geral de Garantias estabelece *covenants* financeiro que exige a observância de razão de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínima de 1,20x para o financiamento de longo prazo, o índice apurado não atendeu ao limite contratual. Em decorrência do descumprimento do *covenants* financeiro, o Grupo obteve em 24 de dezembro de 2025 um *waiver* formal dos bancos fiadores em relação a essa obrigação.

Adicionalmente, o Grupo avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

14. Arrendamentos

Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nesta nota explicativa e na nota explicativa 10 de Ativo de direito de uso.

O Grupo efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	131.756	(111.740)	-	(1.345)	18.671
(-) Ajuste a valor presente	(14.892)	13.840	130	-	(922)
Total	116.864	(97.900)	130	(1.345)	17.749
Circulante	1.412				1.673
Não Circulante	115.452				16.076
Total	116.864				17.749

	Consolidado			Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização financeira	
Arrendamentos de terra	-	131.756	-	131.756
(-) Ajuste a valor presente	-	(15.664)	772	(14.892)
Total	-	116.092	772	116.864
Circulante	-			1.412
Não Circulante	-			115.452
Total	-			116.864

15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

15.1. Provisões para demandas judiciais

15.1.1. Risco Possível

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	-	43	1	44
Cíveis	-	6.808	470	7.278
	-	6.851	471	7.322

Reclamação Trabalhista – Processo nº 0000807-85.2025.5.22.0105

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado terceirizado, em face da empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial, relacionada à prestação de serviços no site de Marangatu. A Companhia figura no processo na qualidade de tomadora dos serviços, não sendo a empregadora direta do reclamante. O valor atualizado atribuído à causa é de aproximadamente R\$ 44.

Auto de Infração SEMARH/PI – Processos administrativos 20245.31/0505; 20245.31/0506; 20245.31/0507 e 20245.31/0508

A Companhia é parte em processos administrativos ambientais instaurados pela SEMARH/PI, decorrentes de Autos de Infração relacionados ao Complexo Solar Marangatu. As autuações referem-se à alegada inobservância de condicionantes da Licença de Instalação. A defesa sustenta a inexistência de infração, considerando que a autoridade ambiental tinha ciência da execução das obras e autorizou a operação mediante condicionante posterior, os processos seguem em tramitação administrativa, sem decisão final. O valor atualizado à causa é de aproximadamente R\$ 7.278.

15.2. Provisões para desmobilização

Provisões para desmobilização são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos.

Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2025, referente à provisão para desmobilização do parque solar em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa 11). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque solar (nota explicativa 14).

O cálculo do valor da provisão para desmobilização foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 8,35% a.a.

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para desmobilização	6.100	515	6.615
	6.100	515	6.615

	Saldo em 31/12/2023	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para desmobilização	13.019	(6.999)	80	6.100
	13.019	(6.999)	80	6.100

16. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$676.683 (R\$673.683 em 31 de dezembro de 2024) representados por 67.668.294.999 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, no valor nominal de 0,01 (um centavo) cada uma.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações em milhares	Valor	Quantidade de ações em milhares	Valor
Capital subscrito	79.081.500	790.815	79.081.500	790.815
(-) Capital a integralizar	(11.413.200)	(114.132)	(11.713.200)	(117.132)
	67.668.300	676.683	67.368.300	673.683

Em dezembro de 2025 foi feito um aporte de capital no valor de R\$3.000.

A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Pacific Hydro Energia do Brasil LTDA	55.357.100	553.571	70%	55.357.100	553.571	70%
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	23.724.400	237.244	30%	23.724.400	237.244	30%
	79.081.500	790.815	100%	79.081.500	790.815	100%

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2025 e 2024, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

17. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	Consolidado	
	2025	2024
Suprimento mercado livre	162.542	88.639
Energia de curto prazo	25	1.215
Receita operacional bruta	162.567	89.854
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(5.941)	(3.280)
	(5.941)	(3.280)
TFSEE	(2.453)	-
	(2.453)	-
Total deduções da receita operacional	(8.394)	(3.280)
Receita operacional líquida	154.173	86.574

18. Custos e despesas (por natureza)

	Controladora			
	2025		2024	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Serviços de terceiros	(274)	(274)	(761)	(761)
Serviços de auditoria	(59)	(59)	(58)	(58)
Depreciação	(1.597)	(1.597)	(1.063)	(1.063)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(271)	(271)
Outras	(338)	(338)	(1.758)	(1.758)
Total	(2.268)	(2.268)	(3.911)	(3.911)

	2025			2024		
	Consolidado			Consolidado		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(75.789)	-	(75.789)	(20.925)	-	(20.925)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(22.815)	-	(22.815)	(14.707)	-	(14.707)
Pessoal e Administradores(i)	(712)	-	(712)	-	(336)	(336)
Material	(372)	-	(372)	(190)	-	(190)
Serviços de terceiros(i)	(12.556)	(283)	(12.839)	(6.536)	(1.014)	(7.550)
Serviços de auditoria (i)	(102)	(59)	(161)	(91)	(58)	(149)
Depreciação (i)	(56.782)	(1.597)	(58.379)	(44.307)	(1.063)	(45.370)
Amortização	(191)	-	(191)	(81)	-	(81)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(48)	-	(48)	(18)	-	(18)
Aluguéis e arrendamentos (i)	(1.412)	-	(1.412)	(92)	(331)	(423)
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	15	-	15	-	-	-
Outras (i)	(3.046)	(658)	(3.704)	(1.068)	(2.219)	(3.287)
(-) Outras receitas(i)	-	103	103	-	-	-
Total	(173.810)	(2.494)	(176.304)	(88.015)	(5.021)	(93.036)

(i) As despesas administrativas referem-se ao compartilhamento de custo do Grupo

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	1.669	2.291	4.148	2.291
Variação monetária	638	-	638	-
Outros juros e variações monetárias	-	-	1.056	30
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(108)	(110)	(108)	(110)
Receitas financeiras total	2.199	2.181	5.734	2.211
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos	(71.334)	(69.600)	(87.000)	(69.600)
Debêntures	(52.693)	-	(52.693)	-
Atualização de arrendamentos	-	-	(130)	(772)
Atualização para desmobilização	-	-	(515)	(80)
Outras despesas financeiras	(736)	(18)	(2.241)	(273)
Despesas financeiras total	(124.763)	(69.618)	(142.579)	(70.725)
Variação monetária/cambial líquida				
Variação cambial	(1.536)	(1.807)	(1.536)	(3.390)
Total variação monetária/cambial líquida	(1.536)	(1.807)	(1.536)	(3.390)
Total resultado financeiro	(124.100)	(69.244)	(138.381)	(71.904)

20. Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pelo Grupo para fins fiscais e para fins contábeis.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
	6.093	2.212
IRPJ - Corrente	3.930	1.364
CSLL - Corrente	2.113	848
Total IRPJ/CSLL - Corrente	6.043	2.212
IRPJ - Diferido	24	-
CSLL - Diferido	26	-
Total IRPJ/CSLL - Diferido	50	-
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	6.093	2.212

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(166.605)	(80.578)	(166.605)	(80.578)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	56.646	27.396	56.646	27.396
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes permanentes:				
Equivalência Patrimonial	(13.681)	(2.523)	(13.681)	(2.523)
Outros efeitos:				
Efeito da adoção ao Lucro Presumido - controladas	-	-	(6.093)	(2.212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (i)	(42.965)	(24.873)	(42.965)	(24.873)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	-	-	(6.093)	(2.212)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(6.043)	(2.212)
Diferido	-	-	(50)	-
	-	-	(6.093)	(2.212)
	-	-	3,66%	2,75%

Conforme Legislação Tributária a Controladora tributa a renda pelo Lucro Real, utilizando as alíquotas de 15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ, 10% Adicional de IRPJ e 9% Contribuição Social sobre o Lucro sobre o lucro fiscal

As Controladas adotam o regime de lucro presumido, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada com base em percentuais fixos aplicáveis sobre a receita bruta, conforme a legislação vigente, utilizando as alíquotas de 15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ, 10% Adicional de IRPJ e 9% Contribuição Social sobre o Lucro sobre a base tributável.

21. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O Grupo classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

O Grupo após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima era de R\$14.640 (R\$11.704 em 31 de dezembro de 2024) referente a contas a receber de clientes. O Grupo entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seu financiamento.

O Grupo possui financiamento de longo prazo a índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pelo Grupo. O Grupo contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (CNH).

d) Risco operacional

O Grupo está exposto ao risco de *curtailment*, entendido como a redução ou limitação da energia que poderia ser entregue à rede ou ao mercado, normalmente decorrente de restrições de escoamento, despacho centralizado, condições sistêmicas, limitações técnicas ou desequilíbrios entre o perfil de geração e o perfil contratual. Esse risco pode resultar em menor receita, perdas de eficiência operacional e maior volatilidade no resultado.

e) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos, que ocorrerão a curto prazo.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros do Grupo:

	Controladora					31/12/2024
	31/12/2025				Total	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	-	-	-	19	73
Empréstimos e financiamentos	-	712.869	-	-	712.869	993.207
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	787
Derivativos	-	-	-	-	-	33.328
Total	19	712.869	-	-	712.888	1.027.395
	Consolidado					
	31/12/2025				Total	31/12/2024
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Passivos Financeiros						
Fornecedores	16.412	-	4.488	-	20.900	31.346
Empréstimos e financiamentos	2.250	716.859	69.157	265.899	1.054.165	993.207
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	787
Arrendamentos	-	1.673	4.414	11.662	17.749	116.864
Derivativos	-	-	-	-	-	33.328
Total	18.662	718.532	78.059	277.561	1.092.814	1.175.532

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2025		31/12/2024		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	72	72	39.961	39.961	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	78.362	78.362	Valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	5.601	5.601	-	-	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos moeda nacional	7.898	7.898	368.156	368.156	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos moeda estrangeira	-	-	625.052	625.052	Custo amortizado
Debêntures	704.971	704.971	-	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	33.328	33.328	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	-	787	787	Custo amortizado
Fornecedores	19	19	73	73	Custo amortizado

	Consolidado				Categoria
	31/12/2025		31/12/2024		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	22.428	22.428	47.720	47.720	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	14.640	14.640	11.704	11.704	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	Valor justo por meio de resultado
Outros ativos	1.644	1.644	4.438	4.438	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	78.362	78.362	Valor justo por meio de resultado
Caixa restrito	10.086	10.086	-	-	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos moeda nacional	349.194	349.194	368.156	368.156	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos moeda estrangeira	-	-	625.052	625.052	Custo amortizado
Debêntures	704.971	704.971	-	-	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	33.328	33.328	Custo amortizado
Arrendamentos	17.749	17.749	116.864	116.864	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	-	787	787	Custo amortizado
Fornecedores	20.900	20.900	31.357	31.368	Custo amortizado

f) Hierarquia de valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

O Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Instrumentos financeiros derivativos:

O Grupo mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira descritos na nota explicativa 13.

Análise de sensibilidade

O Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 13 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

Consolidado

Empresa	Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
Marangatu Holding	1ª Emissão de Debêntures	655.000	CDI + 1.00%	28.111	40.150	51.979	63.608	75.048
Marangatu Holding	3ª Emissão de Nota Comercial Série Única	176.300	CDI + 0.50%	7	10	13	16	19
Marangatu 7	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.575	IPCA + 6,3245%	338.824	451.923	595.530	777.409	1.007.186
Marangatu 8	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.553	IPCA + 6,3245%	338.846	451.923	595.274	777.431	1.007.209
Marangatu 9	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.577	IPCA + 6,3245%	338.822	451.921	595.528	777.407	1.007.184
Marangatu 10	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.559	IPCA + 6,3245%	338.840	451.939	595.545	777.424	1.007.202
Marangatu 11	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	56.936	IPCA + 6,3245%	339.463	452.562	596.169	778.048	1.007.825
Marangatu 12	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.568	IPCA + 6,3245%	338.831	451.930	595.537	777.416	1.007.193

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

O ambiente tributário brasileiro encontra-se em processo de mudanças estruturais em razão da aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, que substituirá os tributos atuais PIS, Cofins, ICMS, ISS e parte do IPI pelos novos CBS, IBS e Imposto Seletivo. A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional.

O processo regulatório segue em evolução, com leis complementares aprovadas em 2024 e 2025 e ajustes adicionais realizados pelo Congresso, incluindo alterações em regimes específicos, benefícios fiscais e isenções. Essas definições podem afetar as bases de cálculo, alíquotas, regras de creditamento e incentivos aplicáveis às operações do Grupo.

Diante desse cenário, permanece incerteza relevante quanto aos impactos finais das mudanças tributárias sobre a apuração de tributos, reconhecimento contábil, margens e fluxos de caixa futuros. O Grupo monitora continuamente a tramitação legislativa e os atos normativos que regulamentam o novo sistema, avaliando eventuais efeitos materiais que possam surgir em períodos subsequentes.

c) Mudanças climáticas

Os parques solares, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia e suas controladas não só fornecem energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribuem para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia.

A Companhia e suas controladas monitoram constantemente e atualizam seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

22. Cobertura de seguros

O Grupo mantém cobertura de seguros em montantes considerados adequados pela Administração para mitigar riscos associados às suas operações, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos e as recomendações de seus consultores especializados.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R\$20.000 com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026. Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$ 800.000 com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026. Os seguros contratados englobam a Panati Holding S.A e suas controladas e Marangatu Holding e suas controladas. D&O (‘Directors and Officer’) no montante de R\$140.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08 de novembro de 2025 a 08 de novembro de 2026.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

23. Transações que não afetaram o caixa

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de Investimento		
Ativo de direito de uso – correção contratual	(94.408)	116.092
Imobilizado – Baixa de desmobilização	-	(6.999)

24. Eventos subsequentes

- a) Em 04 de janeiro de 2026, a Controladora liquidou integralmente a Nota de Crédito (“NC”) firmada com o Itaú Unibanco S.A. em 08 de julho de 2025, cujo vencimento ocorria nessa mesma data.
- b) A Lei nº 15.269/2025 assegurou às geradoras de energia elétrica o direito ao ressarcimento pelos cortes de geração decorrentes de Restrições de Disponibilidade Externa e de Confiabilidade Elétrica, referentes ao período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025.

A Administração avaliou os requisitos legais e concluiu que o Grupo atende aos critérios para eventual recebimento do ressarcimento. Todavia, os valores ainda não foram definidos, pois dependem de regulamentação e de deliberações futuras dos órgãos reguladores.

O direito ao ressarcimento está condicionado à adesão voluntária ao termo de compromisso previsto na referida lei, que contempla, entre outros aspectos, a renúncia a ações judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* e a habilitação do Grupo para participar do mecanismo de apuração, cálculo e liquidação, a ser operacionalizado pelo ONS e pela CCEE.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não havia deliberado sobre a adesão ao referido termo, mantendo o acompanhamento do processo regulatório para posterior tomada de decisão.

Composição da Diretoria

André Pereira
Diretor Geral

Guy Ishikawa
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9